



**POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ORIZÍCOLA  
E O CAMPESINATO: O CASO DO DELTA  
DO ZAMBEZE**

**Nelson Capaina**

**INTRODUÇÃO**

Um dos objectivos do governo para o desenvolvimento agrário no país, segundo vários instrumentos de políticas e estratégias sectoriais, tem sido aumentar a produção e produtividade agrícola para garantir a auto-suficiência alimentar. Este é o caso do arroz para o qual, através de vários instrumentos como o Programa Nacional para o Desenvolvimento do Arroz (PNDA 2016-2027), o governo objectiva incrementar os rendimentos dos produtores em sequeiro de 1,2 para, pelo menos, 1,8 ton/ha, e de 2,8 para, pelo menos, 5,0 ton/ha em sistema de irrigação<sup>1</sup>. Num outro documento indica-se que, até 2035, pretende-se ter uma produtividade média de 4 ton/ha<sup>2</sup>. O governo refere que visa aumentar a produtividade nacional por meio da abordagem da cadeia de valor e aumentar a produção total de 371.176 tons para 980.592 tons em 2027<sup>3</sup>.

Em termos territoriais, a área de produção deste cereal no país está estimada em cerca de 900.000 hectares (ha), dos quais, 280.000 ha estão em uso, estando 90% destes localizados nas províncias da Zambézia e de Sofala, 7% nas províncias de Nampula e de Cabo Delgado e 3% nas províncias de Maputo e de Gaza<sup>4</sup>, onde estão concentradas as grandes explorações<sup>5</sup>. Este cereal é maioritariamente produzido por pequenos produtores, em sistema de sequeiro, com cerca de 98% das explorações, e apenas 2% é realizada pelo sector empresarial, em sistemas de regadio<sup>6</sup>

A região sul do país apresenta solos pobres em nutrientes, fraca capacidade de retenção da água e baixos níveis de precipitação, o que torna a zona menos adequada para a produção de arroz em regime de sequeiro. As zonas centro e norte apresentam condições agro-ecológicas mais apropriadas para a produção deste cereal, o que justifica

---

<sup>1</sup>. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2016). Programa Nacional para o Desenvolvimento do Arroz (PNDA-2016 -2027). Maputo, MASA.

<sup>2</sup>. Ministério de Economia e Finanças (2015). Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). Maputo.

<sup>3</sup>. MASA (2016), *op. cit.*

<sup>4</sup>. Ministério da Agricultura (2013). Plano Nacional de Investimento do sector agrário (PNISA 2013-2017). Maputo, MINAG.

<sup>5</sup>. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021). Inquérito Agrícola Integrado. Maputo, MADER.

<sup>6</sup>. MADER (2021), *op. cit.* MASA (2016), *op. cit.*

a tendência de concentração considerável da produção nestas regiões<sup>7</sup>. Segundo Otsuka<sup>8</sup>, nestas regiões a produção de arroz é predominantemente de sequeiro, sendo praticamente nulo o uso de fertilizantes, tracção animal e mecanização.

Este trabalho tem como objectivo analisar a cultura orizícola praticada pelos pequenos produtores do delta do Zambeze, região situada a sul da Zambézia. Historicamente, o arroz tem sido a cultura principal nesta região, juntamente com o coco, cana-de-acúcar e outras. Deve-se salientar que os pequenos sistemas de irrigação na região, quando cabalmente aproveitados, permitem a produção de arroz em duas épocas por ano agrícola.

O documento divide-se em quatro partes. A primeira, é a introdução. Na segunda, faz-se uma resenha histórica do cultivo orizícola na região, dividindo-se em duas fases que marcam o percurso de Moçambique: a fase do projecto socialista e a fase da liberalização económica. A terceira, refere-se à produção realizada entre 2010 e 2021. Por último, as considerações finais.

Os dados vão mostrar a existência de alguma diferença entre os investimentos anunciados, executados e os resultados encontrados. Os dados sugerem também que, não obstante constituírem a maioria dos produtores do arroz, os camponeses não são considerados como os principais agentes da produção.

## **INDEPENDÊNCIA E A COLECTIVIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

O arroz é uma cultura secular em Moçambique e, desde a década de 1920, um acervo legislativo foi marcando a sua produção, com instrumentos que visavam responder à intensidade da actividade económica das populações, branca e negra, através da beneficiação de crédito à agricultura, tanto empresarial, como à tradicional, mas, sobretudo, à produção forçada e venda do arroz a preços administrativamente controlados. A Zambézia albergava a maioria dos pequenos produtores que, em 1974, eram cerca de 150.000<sup>9</sup>.

Nos anos 60, foi construído o sistema de irrigação de Sombo, localizado em Chinde, numa área de 1.600 ha, numa planície com a superfície de 3.850 ha propícios para este cereal. Este projecto hidroagrícola visava apoiar os produtores (colonos e os camponeses) da zona no cultivo de arroz e funcionou, através do processo natural de maré viva. Entre outras tarefas e obrigações, os beneficiários asseguravam o uso e

---

<sup>7</sup> FAO (2014). Análise de incentivos e desincentivos para arroz em Moçambique. Série de notas técnicas. Roma.

<sup>8</sup> Otsuka, K. (2015). How Promising Is the Rice Green Revolution in Sub-Saharan Africa? – Evidence from case studies in Mozambique, Tanzania, Uganda, and Ghana. *World Food Policy*, pp. 99-118.

<sup>9</sup> Simmons, R. (1978). *Mozambique: an economic base study with emphasis on agriculture*. North Carolina State University.

conservação das infra-estruturas, respeitavam e asseguravam o cumprimento dos mecanismos de rega em harmonia com os princípios localmente estabelecidos.

No período pós-independência, a estratégia para a zona rural passou pela construção de aldeias comunais visando promover a produção colectiva, a produtividade agrícola e o acesso das populações aos diversos serviços. Este modo de reprodução social teve pouca influência nesta região do delta<sup>10</sup>, ou seja, se houve alguma intervenção nesse sentido, não logrou, no entanto, melhorar a eficiência produtiva nas principais culturas praticadas na região. Assim, o regadio de Sombo continuou a funcionar com a sua baixa tecnologia herdada do período colonial até à segunda metade dos anos 70.

Nos primórdios da independência nacional, o sector da agricultura realizou estudos hidroagrícolas neste regadio, que revelaram a possibilidade de irrigação durante todo o ano, pois existiam milhares de metros cúbicos de água capazes de espriar durante a maré viva em toda a superfície de 3.850 ha. Também indicaram a possibilidade de colheita de arroz de Fevereiro a Julho de cada ano<sup>11</sup>. No entanto, a guerra civil, falta de equipamentos, insuficiências na assistência técnica, o isolamento da região e outros aspectos logísticos fizeram com que, em 1983, o sistema estivesse quase paralisado, funcionando apenas cerca de 50 ha de sua extensão.

Para o cultivo de arroz e outras culturas, foram criadas instituições estatais, como a Empresa Hidráulica da Zambézia (EHZ), em 1982, que elaborou plantas para novos sistemas de irrigação e iniciou actividades de reabilitação de alguns regadios na baixa Zambézia<sup>12</sup>. Estes empreendimentos tinham o apoio técnico-financeiro dos países do leste europeu e da Ásia. Com o recrudescer da guerra, as regiões onde havia infra-estruturas de irrigação, nomeadamente na Maganja da Costa, ficaram isoladas e parte substancial do pessoal técnico não estava preparada para situações de conflito armado e, como tal, a EHZ ficou sem capacidade operacional e, em 1986, extinguiu-se.

Dadas as circunstâncias da guerra e as condições de instabilidade climatéricas com as quais a agricultura moçambicana se via confrontada<sup>13</sup>, a produção foi reduzindo e as populações refugiaram-se nas cidades e vilas-sede dos distritos, abandonando as suas áreas de cultivo. Dependendo da localização das famílias e facilidades logísticas, as pessoas deslocaram-se para Quelimane, vilas-sede de Inhassunge, Chinde, Mopeia, Marromeu e Luabo. Esta última vila viria a ser ocupada pela Renamo até ao final da guerra.

---

<sup>10</sup>. Entrevista a um produtor, Mopeia-sede, aos 09.09.2021.

<sup>11</sup>. Jornal Notícias. 8/12/1983.

<sup>12</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020). Estratégia Orizícola para Baixa Zambézia e plano de implementação (2020-2024). Amsterdam, ZAMIRRI & HVA.

<sup>13</sup>. Oppenheimer, J. (1993). Cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique. Lisboa, ISEG.

O elevado número de famílias deslocadas e o abandono das unidades de produção e fabris, tanto do açúcar como de outras culturas, também contribuíram para os baixos níveis de uso da área agrícola. Por outro lado, no espírito do sacrifício e combate à pobreza e subdesenvolvimento, o Estado apostava em grandes projectos agrícolas que envolviam despesas enormes, ao invés de comprar a produção existente<sup>14</sup> e, portanto, a grande prioridade no delta era a produção de açúcar (com a Sena Sugar Estates intervencionada)<sup>15</sup> e da copra (a Companhia da Madal manteve-se privada).

No entanto, se no delta existia a Sena Sugar Estates e a Companhia da Madal, em princípio, não concorrentes com o camponês, em termos de culturas de exportação – para uma, o açúcar, e, para a outra, a copra –, no resto da economia local a orientação para o trabalho colectivo como forma de organização da produção era a principal tônica político-administrativa do Estado. Neste contexto, o Governador da Província, numa visita em Chinde, declarou a propósito do regadio de Sombo:

“Não soubemos confiar e desprezámos a força e a determinação do Povo na solução dos nossos problemas...sabemos que o apoio técnico é necessário, mas, primeiro e acima de tudo, torna-se necessário levar o Povo a construir a sua própria riqueza, para poder defendê-la”<sup>16</sup>.

De notar que, na altura do discurso, a população de Sombo estava refugiada na vila de Chinde. Para as autoridades governamentais, a organização dos produtores e sua deslocação voluntária para a planície de Sombo eram encaradas como factos adquiridos. Em 1984/85 parecia que tudo ia ficar paralisado, devido à intensificação da guerra<sup>17</sup>. Com algumas excepções, a estrutura socioeconómica da região, em geral, e a produção e escoamento do arroz, em particular, foram gravemente afectadas na região. Até meados dos anos 80, os produtores de Sombo conseguiam produzir apenas numa área total de 60 ha.

## **DA REFORMA AO LIBERALISMO ECONÓMICO**

Em 1987, foi criado o Fundo para o Desenvolvimento da Hidráulica Agrícola (FDHA) visando o desenvolvimento acelerado e planificado da hidráulica agrícola nacional e, especificamente,: efectuar estudos e coordenar programas de hidráulica agrícola nas zonas rurais; realizar projectos de hidráulica agrícola de interesse para a economia nacional; financiar e promover a construção de regadios e outras obras de hidráulica agrícola para apoio aos sectores familiar e cooperativo e a grupos de pequenos

---

<sup>14</sup>. Mackintosh, M. and Wuyts, M. (1987). Accumulation, social services, and socialist transition in the third world: reflections on decentralised planning based on Mozambique experience. DPP Working Paper N.º 9.

<sup>15</sup>. Em Agosto de 1978, por Despacho do Ministro da Indústria e Comércio, foi nomeada uma Comissão Administrativa para gerir a empresa.

<sup>16</sup>. Jornal Notícias. 8/12/1983.

<sup>17</sup>. Entrevista a um produtor, Mopeia-sede, em 09/Set./2021.

agricultores privados; e divulgar a tecnologia de rega e drenagem através da construção de campos de demonstração e de programas de formação e treinamento<sup>18</sup>.

Em 1988, surgiu o Núcleo Hidráulico Agrícola da Zambézia (NHAZ) que, até 1993, realizou intervenções de baixo custo, nomeadamente na reabilitação das infra-estruturas usando mão-de-obra local, paga com recurso a bens de consumo na lógica de comida pelo trabalho, lavouras mecanizadas, e intervencionou os sistemas dos distritos de Nicoadala (Mucelo e M'ziva bloco 1 e 2), Quelimane (Elalane), Mopeia (Thewe 1 e 2) e Chinde (Sombo)<sup>19</sup>.

No caso de Sombo, relata-se a reabilitação das comportas de controlo de entrada (irrigação) e saída (drenagem) de água, a regularização dos canais e organização dos utentes, elevando-se a área de produção para 450 ha. O rendimento aumentou de 1 para 3 ton/ha<sup>20</sup>. Note-se, porém, que o sistema de Sombo ficou paralisado e abandonado em 1994<sup>21</sup>. As instituições do sector da agricultura, na província e no distrito, e os produtores não tinham capacidade para manutenção do sistema.

A reabilitação destas infra-estruturas mostra que, simultaneamente, existiam áreas no delta que ainda não estavam fortemente afectadas pela guerra. Estas infra-estruturas poderiam produzir algum excedente da produção. Mas não havia mercado para absorver os aumentos de excedente após a reabilitação<sup>22</sup>. Repare-se que a intensificação da guerra e a política de apoio internacional aumentaram a pressão sobre o camponês em geral. Ou seja, terminado o projecto socialista que, segundo alguns autores<sup>23</sup>, priorizava grandes projectos agrícolas ao invés de promover os excedentes agrícolas locais, também os principais actores de ajuda internacional de emergência a Moçambique opuseram-se a comprar os excedentes agrícolas locais, priorizando os excedentes de produção dos seus respectivos países<sup>24</sup>.

Mesmo assumindo que alguns países doadores eram favoráveis à absorção da produção local, as regiões com capacidade de produzir excedentes comercializáveis muitas vezes estavam isoladas pela destruição das vias de acesso e frequente actividade da Renamo<sup>25</sup>. A região do delta do Zambeze não foi uma excepção. Cerca de 10 anos após os trabalhos do NHAZ, foi introduzido o projecto de irrigação de pequena escala (SSPI), para o período 2003-2007, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nas províncias de Maputo, Sofala e Zambézia. Especificamente no sector orizícola na Zambézia, foram

---

<sup>18</sup>. Conselho de Ministros. Decreto nº 27/87, de 30 de Outubro.

<sup>19</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>20</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>21</sup>. Actualmente, apenas funciona o regadio de Jorge, localizado entre Sombo e a Vila de Chinde. Os produtores de Sombo passaram a realizar a sua actividade agrícola em Chacuma e nas ilhas de Dimbi e Nthussuamacia.

<sup>22</sup>. Entrevista a um membro da Sociedade Civil, Quelimane, aos 17.09.2021.

<sup>23</sup>. Mackintosh, M. and Wuyts, M. (1987), *op. cit.*

<sup>24</sup>. Abrahamsson, H. e Nilsson, A. (1998). Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Göteborg.

<sup>25</sup>. Oppenheimer, J. (1993).

feitas acções nos sistemas de irrigação de Thewe 1, em Mopeia, e de Mungonhane, em Namacurra<sup>26</sup>.

No caso de Thewe 1, localizado no delta, a reabilitação foi de 400 ha, incluía equipamento de bombagem moderno e sistema de distribuição de água para rega com tubos subterrâneos que, posteriormente, os pequenos produtores tiveram dificuldade em operar e manter, situação agravada pelos defeitos detectados após a execução da obra, particularmente no sistema de tubagem. Para minimizar esses constrangimentos, a gestão foi entregue a uma empresa que utilizava 200 ha com sistemas complexos de mecanização e não sustentáveis ambientalmente<sup>27</sup>.

No âmbito do programa de segurança alimentar, para o período 2007-2011, foi elaborada uma iniciativa para retoma da produção no regadio de Sombo, através da reabilitação das nove comportas que abastecem o regadio. Contudo, até ao final do programa, foram reabilitadas apenas duas comportas e o avanço da erosão na área do regadio era visível<sup>28</sup>.

Ainda no delta do Zambeze, o programa de irrigação incluiu intervenções, como as do Projecto de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável (ProIRRI, 2011-2018), que tinha o objectivo de aumentar a produção agrícola e melhorar a produtividade dos agricultores nos sistemas de regadio nas províncias de Sofala, Manica e Zambézia<sup>29</sup>. Através do ProIRRI foram intervencionados os regadios de M'ziva (bloco 2), Chiverano, Thewe 2 e Limane, num total de 543 ha, dos quais apenas 135 ha (25%) foram aproveitados na campanha agrícola 2018/19<sup>30</sup>. Este subaproveitamento manteve-se nas duas campanhas agrícolas seguintes: 2019/20 e 2020/21. Entre 2016 e 2021, na região do delta<sup>31</sup> foi implementado o Projecto de Aumento da Produtividade do Arroz (ProAPA) para a Província da Zambézia, executado com o apoio técnico e financeiro do Japão com os seguintes objectivos específicos: disseminar técnicas melhoradas de produção; fortalecer o sistema de produção e gestão de sementes melhoradas; melhorar o sistema de manutenção e gestão de regadios; e fortalecer a capacidade dos agricultores para responder às necessidades de mercado.

---

<sup>26</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>27</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>28</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>29</sup>. World Bank (2019). Implementation Completion and Result Report. Water Global Practice Africa Region. Report n.º: ICR00004602. World Bank (2011). ProIRRI – sustainable Irrigation Development Project. Project Appraisal Document. Report n.º: 59590-MZ.

<sup>30</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.* Entenda-se a referência a campanha agrícola 2018/2019 por ser a época que coincide com o término do projecto.

<sup>31</sup>. Exceptuando os distritos de Chinde e Luabo.

Na década de 2000 foi criada a Empresa Orizícola da Zambézia (EOZ)<sup>32</sup>, que construiu a fábrica de descasque de arroz em Nicoadala, para aquisição, descasque e posterior comercialização, priorizando os pequenos produtores<sup>33</sup>. De imediato, surgiram constrangimentos de natureza organizacional e patrimonial, num conflito entre a entidade concessionária e os pequenos produtores de arroz sobre a propriedade e gestão da fábrica<sup>34</sup>, associado à fraca capacidade financeira da empresa gestora<sup>35</sup>.

Posteriormente, com investimento chinês, foi construída a fábrica de descasque de Namacurra (FAPROARNA), localizada a cerca de 35 Km da fábrica de Nicoadala, visando criar condições para a exploração orizícola na Zambézia, nomeadamente na absorção, processamento e distribuição nacional do arroz. Desde a sua inauguração até à sua paralisação, em 2015, a FAPROARNA não funcionou regularmente devido a má gestão e insuficiência de matéria-prima (arroz) para processamento.

Actualmente muitas das infra-estruturas de irrigação na província da Zambézia têm um aproveitamento parcial. As possíveis razões para este subaproveitamento podem ser encontradas na falta de investimento na reabilitação dos regadios e em trabalhos de manutenção periódica, infra-estruturas com tecnologias técnico-operacionais fora do domínio dos camponeses, associados à má gestão de fundos, que se traduzem numa reabilitação parcial e com significativo impacto negativo na satisfação das necessidades de utilização pelos produtores<sup>36</sup>.

Os programas de sementes seguiram a mesma linha. Pelo desinteresse dos provedores de serviços na produção de arroz, alguma semente melhorada foi disponibilizada, de variedades originárias e/ou apoiadas pelos países que prestaram assistência técnica, como o Japão<sup>37</sup> e Vietname<sup>38</sup>. Mas, na prática constata-se que a maioria dos produtores rejeita adoptar variedades importadas pela baixa aceitabilidade local, quanto ao sabor<sup>39</sup>, e há poucas perspectivas na continuidade de cada programa/financiador<sup>40</sup>.

Os produtores continuam a usar a semente retirada da produção da sua própria machamba em campanhas agrícolas anteriores<sup>41</sup> ou adquirida a outros agricultores<sup>42</sup>. No geral, a semente de arroz é seleccionada, guardada e utilizada no ano seguinte. Por outro lado, existem sistemas informais de ajuda mútua e venda da semente porque há

---

<sup>32</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020), *op. cit.*

<sup>33</sup>. ZAMIRRI (2021). Study report on the analysis of the problems in the local rice value chain and measures recommended for the marketing of rice after the COVID 19 outbreak for the Rural Development Institute (RDI). Quelimane, ZAMIRRI.

<sup>34</sup>. Canal de Moçambique, 10.06.2019. Cooperativas de Arroz na Zambézia em conflito com a Gapi.

<sup>35</sup>. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2019). Monitoria da Campanha Agrária: Relatório de Crop Assessment 2018-19. Maputo.

<sup>36</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020).

<sup>37</sup>. Manual Técnico da JICA para Rizicultura em África – Revisão da implementação da CARD 2008–2018.

<sup>38</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020).

<sup>39</sup>. Entrevista a um produtor, Mopeia-sede, aos 09.09.2021.

<sup>40</sup>. Entrevista a um produtor, Mopeia-sede, aos 08.09.2021.

<sup>41</sup>. Entrevista a um grupo de produtores, Mopeia-sede, aos 08.09.2021.

<sup>42</sup>. Entrevista a um produtor, Mutange, Namacurra, aos 15.09.2021.



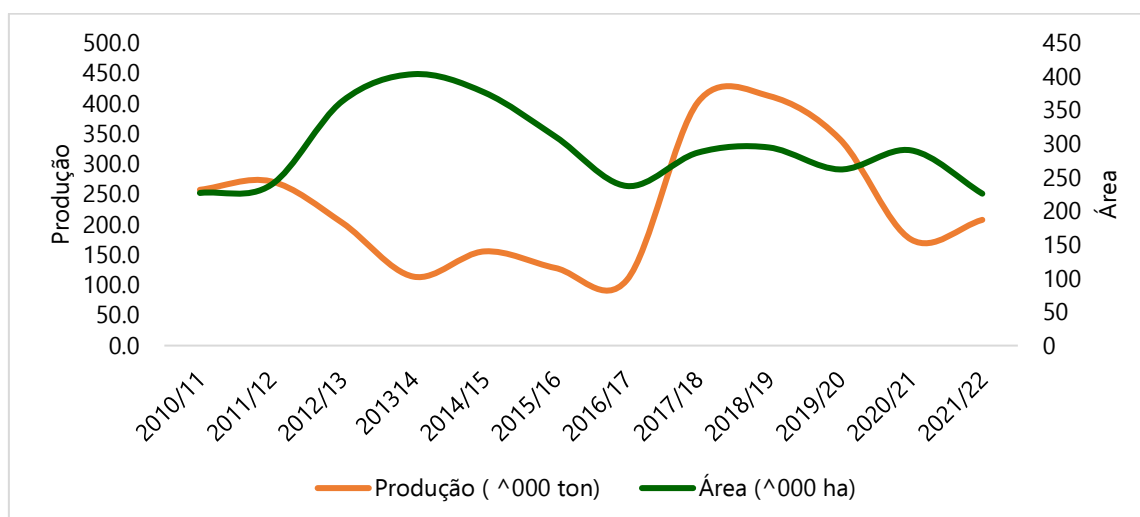
confiança entre as pessoas nas comunidades, situação que se observa em quase toda Zambézia<sup>43</sup>.

## PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

No início deste texto, salientou-se que o objectivo governamental é criar condições para aumento da produção de arroz (em cerca de 170%)<sup>44</sup>, entre 2016 e 2027, o que significa realizar-se um aumento progressivo da produção a observar ao longo das campanhas agrícolas.

Os dados do gráfico 1 indicam que a produção nacional de arroz tem oscilado, com tendência para decrescimento. Verificou-se um rápido crescimento na campanha agrícola 2016/2017, quando se passou de cerca de 108.000 toneladas, na campanha anterior, para 402.000 toneladas, os maiores volumes se observaram em 2018/2019, com mais de 412 mil toneladas de arroz, sendo que a produção decresceu desde então.

Gráfico 1. Área lavrada e produção nacional de arroz, 2010–2021



Fonte: FAOSTAT (2021), MEF<sup>45</sup>.

Os dados indicam que, no período em análise, a produção média anual por hectare foi de 0,8 toneladas. Conforme se pode ver no gráfico 2, a produtividade mais elevada foi observada em 2016/2017 e em 2017/2018, com 1,4 toneladas por hectare, oscilando entre as campanhas agrícolas 2018/2019 e 2020/2021, com valores abaixo dos obtidos nas duas campanhas anteriores; enquanto a produtividade mais baixa ocorreu na campanha 2012/2013, com uma produção por hectare de 0,28 toneladas.

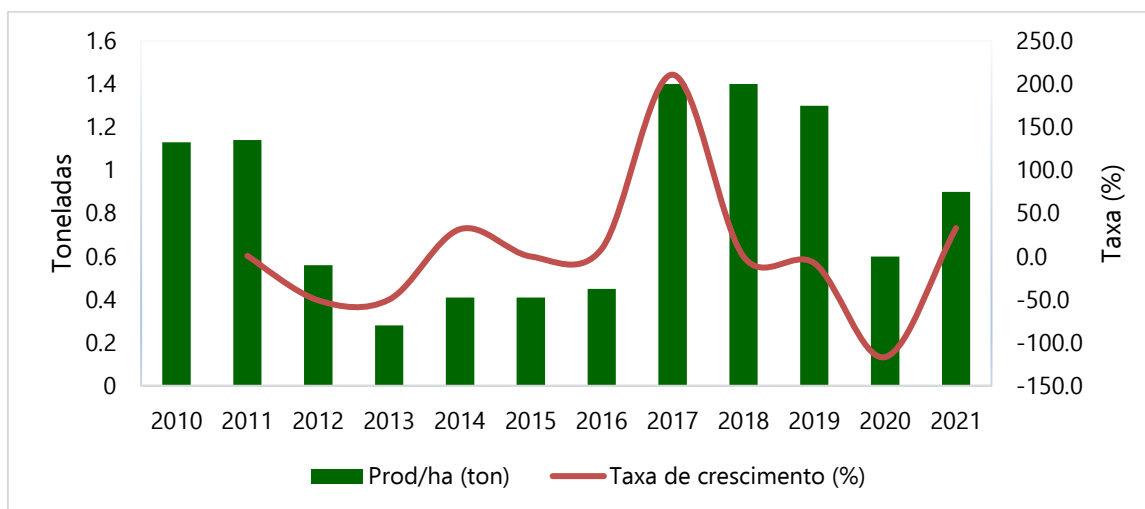
<sup>43</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020).

<sup>44</sup>. Calculando pela diferença das médias entre a produção de sequeiro e de irrigação, relativamente ao ano base (2016) e o que se pretende alcançar no final do PNDA.

<sup>45</sup>. Ministério de Economia e Finanças. Balanço do Plano Económico e Social. (vários anos).



Gráfico 2. Produção por hectare, 2010-2021



Fonte: adaptado do MEF<sup>46</sup>.

Segundo os dados oficiais disponibilizados<sup>47</sup>, estas oscilações na produtividade são justificadas, negativamente, pela ocorrência de chuvas excessivas e inundações ocasionadas por tempestades tropicais, secas e estiagens e pela eclosão de pragas que infestaram os campos com cultivos de arroz; e, positivamente, pelas melhorias resultantes de acções no âmbito da mecanização agrícola, com o provimento de equipamentos, como tractores e alfaías agrícolas, produção e distribuição de sementes de variedades melhoradas e melhoria nas condições climatéricas.

Estes são factores macro, considerando o sector agrícola no seu todo, mas, para o camponês, é importante frisar que os apoios que obtiveram, como mencionado, foram sempre numa escala mínima e têm estado a reduzir desde a introdução de abordagens liberais, que defendem mais mercado e menos apoio directo ao pequeno produtor<sup>48</sup>. Depreende-se disso que o sector orizícola, maioritariamente dominado pelo camponês, está a sofrer fortes alterações negativas na produção e produtividade.

A província da Zambézia tem sido a maior contribuinte na produção nacional de arroz. O gráfico 3 indica que esta província tem participado com uma média anual de cerca de 41% do total da produção nacional, mas este peso parece estar a reduzir desde a época 2012. Embora tenha um historial na produção de arroz, esta província está sendo marginalizada, não existem investimentos consistentes nos pequenos produtores, pelo que vai comprometendo a sua participação na produção deste cereal<sup>49</sup>. É preciso entender que, desde o encerramento das grandes companhias e outras empresas, as famílias da região do delta do Zambeze dependem quase que totalmente da agricultura,

<sup>46</sup>. Balanço do Plano Económico e Social, *idem*.

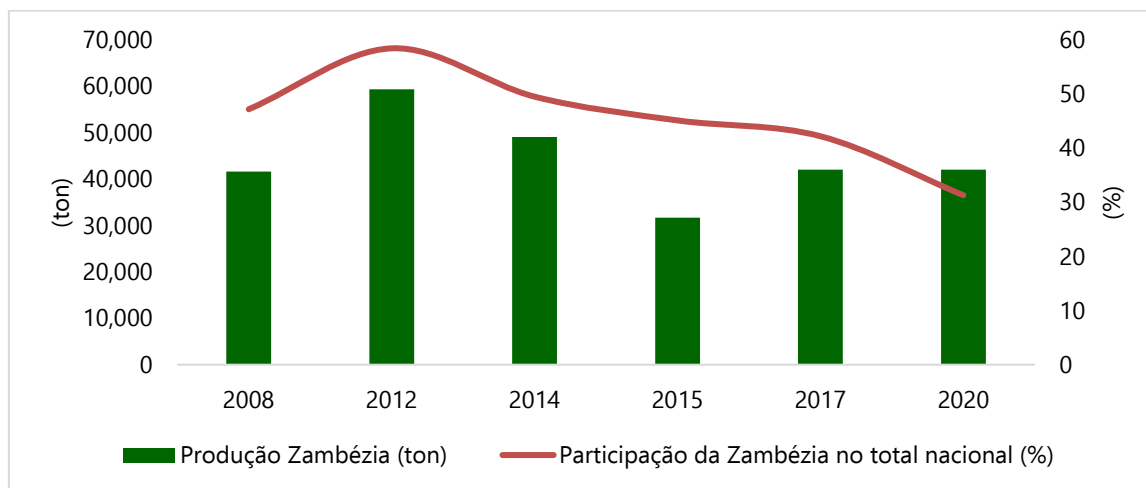
<sup>47</sup>. Balanço do Plano Económico e Social, *idem*.

<sup>48</sup>. Entrevista a um membro da Sociedade Civil, Quelimane, aos 16.09.2021.

<sup>49</sup>. Entrevista a um membro da Sociedade, Chinde aos 23.04.2024.

particularmente do cultivo de arroz, pelo que esta redução da produção traduz alguma desmotivação por parte dos camponeses<sup>50</sup>.

Gráfico 3. Produção e contribuição da Zambézia no total da produção nacional



Fonte: MADER (2021)<sup>51</sup>

No gráfico 4 é apresentada a produtividade do arroz para as províncias com maiores parcelas de terra dedicadas a este cereal. Zambézia, com 605 kg/ha aparece em penúltima posição, no grupo das seis províncias, e com valores abaixo da média nacional na campanha 2019/2020, que foi de 633 kg/ha. Melhores rendimentos foram obtidos na província de Maputo, com 1.156 kg/ha, seguida de Gaza<sup>52</sup> e Nampula, com 952 e 828 kg/ha, respectivamente. Historicamente, a Zambézia já mostrou ser o maior produtor de arroz e tem potencial agrícola na produção deste cereal, pelo que é possível obter melhores rendimentos do que os actuais<sup>53</sup>.

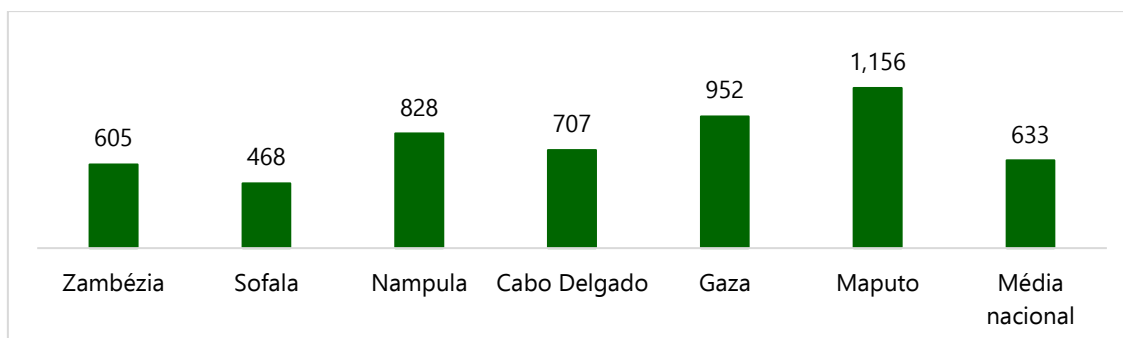
<sup>50</sup>. Entrevista a um membro da Sociedade, Quelimane, aos 20.04.2024.

<sup>51</sup>. *Op. cit.*

<sup>52</sup>. As províncias de Gaza e Maputo possuem a maior área irrigada do país, com 23.245 ha, dos quais 3.650 para a cultura do arroz. Seguramente que este aspecto, associado ao melhor acesso aos insumos de produção, estará por detrás dos rendimentos obtidos nestas províncias.

<sup>53</sup>. Entrevista a um membro da Sociedade, Quelimane, aos 20.04.2024.

Gráfico 4. Produtividade (kg/ha) de Arroz, nas províncias mais representativas, 2020



Fonte: MADER (2021)<sup>54</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, pode-se tirar algumas ilações:

- Na primeira fase, a do projecto socialista, os objectivos de prover a produção colectiva e as acções levadas a cabo pela guerrilha da Renamo, tiveram um forte impacto na actividade agrícola no delta do Zambeze.
- A segunda fase é caracterizada por uma certa infra-estruturação, com destaque para a reabilitação de sistemas de irrigação, que, no entanto, não logrou inverter substancialmente o declínio da produção.
- As sucessivas tentativas e dificuldades de implantação de uma agricultura “modernizada” e tecnicista, com acrescidas complexidades, não são adequadas para o pequeno produtor;
- O regadio de Sombo totalmente paralisado levou a um padrão de produção concentrado no sistema de sequeiro, retirando a possibilidade de maior produtividade dos camponeses.
- O subaproveitamento dos sistemas de irrigação existentes sugere fraca análise e abordagens irrealistas dos problemas na cadeia de valor, incluindo a não consideração de muitos dos seus elementos estruturantes;
- As infra-estruturas de processamento de arroz não estabeleceram ligações logísticas com os principais produtores;
- Os produtores tiveram dificuldades no acesso físico a sementes e as variedades não tiveram aceitabilidade local, o que foi agravado pela fraca presença dos fornecedores, levando a reduzida adopção de sementes melhoradas;
- Quando faltam sensivelmente três anos para terminar, não é expectável que se alcancem as metas indicadas no PNDA (2016-2027) para incremento da produtividade do pequeno produtor.

<sup>54</sup>. *Op. cit.*